

PERCEPÇÃO POSITIVA SOBRE A POLÍTICA COMO CAUSA DA PARTICIPAÇÃO: uma análise a partir do entendimento de estudantes do ensino médio

José Galdino Barreto Soares¹
Cleber Ori Cuti Martins²

RESUMO

Este artigo analisa a percepção sobre a política dos/as estudantes de duas escolas de Santa Maria - RS, uma pública e outra privada. Em termos teóricos, levou-se em conta duas abordagens que integram a Teoria Democrática, uma que entende a Democracia como um processo de competição pelo voto entre lideranças políticas, onde decisões menos verticalizadas e mais plurais possuem relação com a percepção positiva da política; e outra, por sua vez, argumenta que a participação mais horizontal, tende a gerar maior envolvimento com assuntos relacionados à política. Em termos metodológicos, aplicou-se questionários, configurando uma amostra quantitativa não probabilística. Os dados indicam que os estudantes da escola privada e os da pública possuem uma percepção positiva da política e dos governos não revertida em interesses de participação. Com isso, o pressuposto teórico que relaciona a percepção positiva da política com um maior envolvimento e participação não se verificou neste estudo.

Palavras-chave: Teoria Democrática; Percepção Política; Participação; Envolvimento; Estudantes Secundaristas

RESUMEN

Este artículo analiza la percepción de la política de los estudiantes de dos escuelas de Santa Maria - RS, una pública y otra privada. En términos teóricos, se tuvieron en cuenta dos enfoques que integran la Teoría Democrática, una que entiende la Democracia como un proceso de competencia por el voto entre líderes políticos, donde decisiones menos verticales y más plurales poseen relación con la percepción positiva de la política; y otra, a su vez, argumenta que la participación más horizontal, tiende a generar mayor implicación con asuntos relacionados a la política. En términos metodológicos, se aplicaron cuestionarios, configurando una muestra cuantitativa no probalística. Los datos indican que los estudiantes de la escuela privada y los de la pública poseen una percepción positiva de la política y de los gobiernos no revertida en

¹ Cientista Social pela UFSM e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Instituições e Pensamento Político – UFSM.

² Professor de Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais - UFSM, Mestre e Doutor em Ciências Política (Programa de Pós Graduação em Ciência Política-Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

intereses de participación. Con ello, el presupuesto teórico que relaciona la percepción positiva de la política con una mayor participación y participación no se verificó en este estudio.

Palabras clave: Teoría Democrática; Percepción política; Participación; Participación; Estudiantes Secundarios

ABSTRACT

This article analyzes the perceptions of the political of the students of two schools in Santa Maria - RS, one public and one private. In theoretical terms, two approaches that integrate Democratic Theory, one that understands Democracy as a process of competition for the vote among political leaderships, are taken into account, where less-verticalized and more pluralistic decisions are related to the positive perception of politics; and another, on the other hand, argues that the more horizontal participation tends to engender greater involvement with policy issues. In methodological terms, questionnaires were applied, forming a quantitative non-probabilistic sample. The data indicate that private school and public school students have a positive perception of politics and governments not reversed in participatory interests. With this, the theoretical assumption that relates the positive perception of politics with a greater involvement and participation was not verified in this study.

Keywords: Democratic Theory; Political Perception; Participation; Involvement; Secondary Students

INTRODUÇÃO

Este estudo busca analisar a percepção dos/as estudantes de duas escolas de Santa Maria (RS) sobre a política. Compreensão que parte do pressuposto de que uma percepção de caráter positivo acerca da relevância da política remete, em termos de tendência, à participação política e a um maior envolvimento com o assunto.

Para tanto, em termos de procedimentos metodológicos, foram aplicados questionários em duas escolas, uma pública e outra privada. Em ambas, participaram os/as estudantes do diurno dos três anos do Ensino Médio. Na instituição de ensino particular, dos 136 alunos/as matriculados/as, 103 responderam o questionário, sendo 61 do sexo feminino e 42 do sexo masculino, pertencentes a uma faixa etária entre 15 e 18 anos de idade (72,8 % dos entrevistados tinham 16 e 17 anos). A escola pública possui 160 discentes, dos quais 125 responderam o questionário, sendo 64 estudantes do sexo feminino e 61 do sexo masculino, pertencentes a uma faixa etária de 15 a 20 anos de

idade (75,2 % dos entrevistados tinham entre 16 e 17 anos) responderam. A pesquisa foi desenvolvida no segundo semestre de 2016.

As questões formuladas visaram a investigar a percepção e o interesse dos/as estudantes sobre a política, o papel dos governos e dos partidos políticos. Além disso, foram respondidas questões sobre se o tema política era conversado em sala de aula e entre os/as próprios/as estudantes fora da aula.

Com isso, formaram-se três segmentos analíticos. O primeiro tem como objetivo averiguar em que medida há o interesse sobre a política, incluindo a percepção sobre se a política tem importância ou não. O segundo segmento visa a analisar a percepção sobre as funções e relevância, ou não, das instituições políticas. O terceiro tem como foco verificar se os/as participantes possuem envolvimento, com a política, via participação.

As duas escolas foram escolhidas tendo como critério a sua localização na cidade (a escola particular está situada no Centro e a escola pública em um bairro). A escolha também se deu pela possibilidade de estabelecer uma estratificação por renda, possibilitando uma comparação entre segmentos e contextos sociais diferentes.

O problema investigado busca verificar qual a percepção dos/as estudantes a respeito da política, seu envolvimento e participação. A hipótese estabelece uma relação causal entre percepção positiva sobre a política com maior envolvimento e engajamento.

Em termos teóricos, este artigo opera com a concepção de que a percepção positiva sobre a importância da política tende gerar compartilhamentos de valores comuns, incluindo processos decisórios mais horizontalizados e plurais. Contexto que tende a gerar um maior envolvimento e engajamento dos indivíduos com o processo político em si e, principalmente, com a aproximação com as decisões políticas. A construção teórica também trata de algumas das argumentações que explicam o desinteresse pela política e a baixa participação, as quais entendem os processos eleitorais como sendo centrais na Democracia.

Este artigo está dividido em duas partes. A primeira aborda as questões teóricas, sistematizadas, em termos gerais, em duas vertentes: a que entende a Democracia como um processo de competição pelo voto entre lideranças políticas e a que argumenta no sentido de que decisões menos verticalizadas e mais plurais possuem relação com uma percepção positiva sobre a política, estabelecida a partir do compartilhamento de valores

comuns. Na segunda parte, há a descrição e a análise dos dados obtidos pela aplicação dos questionários.

Democracia: entre a participação e a centralidade da competição pelo voto

As instituições políticas são, de forma frequente, confrontadas pela sua reduzida capacidade de representar³ a pluralidade da sociedade. Nessa perspectiva, as bases da crítica consideram que há dificuldades do ponto de vista substantivo da configuração de instâncias efetivas voltadas para a prestação de contas, *accountability*⁴ e responsabilização dos governantes sobre suas decisões (Santos, 2002, e Hirst, 1993). Em contrapartida, a saída se configura em um maior envolvimento dos indivíduos com o processo político.

Considerável parte da literatura que analisa a questão da Democracia Representativa argumenta acerca das dificuldades desse modelo em contemplar a diversidade social e prestação de contas no processo decisório das instituições políticas. Considerando esse contexto, duas correntes teóricas podem ser sistematizadas na tradução das divergências sobre a democracia. A primeira concebe o regime a partir de um conjunto de procedimentos jurídico-institucionais⁵, os quais possibilitam os meios e as regras para a definição de quem terá a autorização legítima para tomar decisões coletivas no Estado e na sua relação com a sociedade, junto com garantias de liberdade de competição, de organização, contestação pública, opinião, expressão, representação e eleições livres e universais. A segunda corrente teórica coloca no centro da discussão a problemática da insuficiência da democracia representativa no sentido de contemplar e resolver divergências e conflitos de cunho social e político, representação da diversidade da sociedade no processo de tomada e formulação de decisões. Essa vertente também compreende como relevante à democracia as questões de igualdade social, justiça social, distribuição de renda, entre outros. (Sousa, 2004 e Hirst, 1990).

Mesmo considerando que a democracia possa, eventualmente, não atender questões do tipo justiça social e participação ampliada para além do voto (a abordagem

³O debate em relação a pouca amplitude da representação pode ser encontrado em Souza (2002), Souza (2004), Kinzo (2004) e, entre outros, Hirst (1993).

⁴ A compreensão de *accountability* utilizada está ligada à ideia de fiscalização, controle e responsabilização dos governos pela sociedade, a partir do estabelecimento de meios pelos governos e pela sociedade (Prado, 2006).

⁵ Bobbio (1986), Tocqueville (1981), Kelsen (1993) e, entre outros, Schumpeter (1961).

procedimentalista não considera esses elementos como função da democracia enquanto regime político), há a formulação de que a alternativa é o aumento da pluralidade da representação e da participação, contemplando uma gama maior da sociedade.

Os aspectos procedimentais, combinados com direitos políticos, são fatores preponderantes no sentido de compreender a Democracia como restrita a um processo de competição, por via eleitoral, pela liderança política entre elites, abordagem que embasa a argumentação de Schumpeter (1961). Assim, a participação nos processos decisórios, fora do procedimento eleitoral, não ocorre e não afeta a Democracia, pois os indivíduos possuem pouca compreensão da política, têm reduzida capacidade de intervir nas decisões, não possuem disciplina para assuntos políticos, além de não controlarem os resultados da ação política. Esse contexto gera desinteresse sobre a política, compreensão primária sobre os processos políticos, ação irracional baseada em atos impulsivos e preconceitos.

A relação entre baixa compreensão, com reduzido senso de percepção da realidade, combinado com dificuldades em entender questões de longo prazo ou que não digam respeito ao seu contexto imediato, explica o desinteresse pela política, também por esta lidar com questões complexas, que fogem da especialidade do indivíduo comum. Por decorrência, o voto define a liderança política que, por um mandato, estabelecerá e dirigirá as questões públicas. O eleitorado escolhe o governo e não controla o que será realizado. As decisões são tomadas pela liderança eleita.

A Democracia não é afetada ou está vinculada, em termos necessários, a um maior ou menor engajamento social e político. Em linhas gerais, no argumento central dessa concepção está a relação entre a estrutura decisória, os processos eleitorais e a representação política. Essa abordagem tem na sua gênese a autorização como um dos pilares da sua sustentação, além de propositiva em dar respostas procedimentais aos problemas da Democracia, vinculando regras, normas e procedimentos à convivência política.

Diferente da primeira abordagem, a segunda concepção tem sua base argumentativa na compreensão da participação e do envolvimento político dos cidadãos como algo essencial para democracias. Sendo assim, elementos como a participação e a percepção política são decisivos para uma construção coletiva, intervindo com decisões comuns, menos hierarquizadas e mais horizontais, ou seja, quanto maior ou menor for o envolvimento e o engajamento com a vida comunitária, maior ou menor será a

percepção sobre a importância da política. O entendimento dessa abordagem teórica é que a democracia tende a se constituir em outras esferas, que estariam para além das esferas formais, concebendo a Democracia como uma série de experiências de participação como, por exemplo, nos grêmios estudantis nas escolas, nas associações de moradores, nos clubes recreativos, nos partidos, nos governos, nos sindicatos, entre outros. A partir desses elementos firmados na participação e no envolvimento político, a Democracia tende a estar em permanente aprimoramento, ou seja, a todo instante incorporando novos atores políticos, implantando novas práticas políticas em novos espaços, ampliando, assim, os mecanismos de exercício de soberania para além dos espaços de controles burocráticos da política.

Segundo o enfoque de Paul Hirst (1993), a ampliação da participação envolve a mobilização da sociedade civil na oposição ao Estado ou o aumento, através da mobilização da sociedade, do poder de influência no processo decisório das instituições políticas, no próprio âmbito do Estado. O autor entende que os segmentos políticos, inclusive a esquerda, ao aceitarem o governo representativo, as eleições multipartidárias e os eleitorados amplos passaram a enfrentar dois problemas: “(...) as formas de democracia representativa proporcionam níveis muito baixos de prestação de contas pelo governo e de influência popular no processo de tomada de decisão”. Há, para o autor, um “sistema deficiente de responsabilização democrática”. (Hirst, 1993, p. 8).

Há, portanto, uma compreensão que coloca o estabelecimento da participação como relacionado a um maior envolvimento dos indivíduos com o processo decisório, visando descentralizar a tomada de decisão, expandindo as possibilidades de manifestação e de deliberação.

As instâncias e os processos participativos tendem a tornar possível o acesso dos indivíduos ao processo decisório. A participação também pode ser compreendida como um processo no qual dois fatores são decisivos, incluindo o interesse e a existência de espaços institucionalizados. Com isso, é possível que ocorra o desenvolvimento de valores democráticos associativos e coletivos, imbuídos na ideia de processualidade: oportunidades de participação geram a ampliação da própria participação, considerando a existência de resultados esperados pelos indivíduos⁶.

⁶ Pateman (1992), entre outros, analisa a relação entre participação e Teoria Democrática, englobando os processos participativos como fatores de democratização e desenvolvimento de valores democráticos e coletivos.

Ao mesmo tempo, há o pressuposto de que a predisposição para um engajamento maior nas decisões públicas seja antecedida por uma percepção não depreciativa sobre a política, entendendo-a como um campo de ação coletiva. Situação que ampliaria as possibilidades de fiscalização, prestação de contas e de participação na tomada de decisões.

Essa perspectiva opera com o pressuposto da existência de um déficit em termos de representação política devido à insuficiência das eleições para contemplar a pluralidade e diversidade existentes na sociedade civil. A simples ocorrência de liberdades políticas, competição eleitoral livre e possibilidade de organização, manifestação e competição política não resolve o problema da democratização das decisões governamentais. O remédio estaria na instituição de espaços destinados à participação da sociedade e ao compartilhamento do processo decisório, reduzindo as chances de medidas autoritárias e centralizadoras.

Em contraposição, a perspectiva da democracia procedimental⁷ ou mínima compreende o indivíduo com reduzida capacidade em discriminar/entender fatos, agir baseado em fatos e com baixo senso de responsabilidade. Assim, não se sentem responsáveis pelos políticos, possuem interesses de curto prazo, dificuldades em compreensão de longo prazo, baixo senso de realidade e ausência de uma vontade eficaz.

O argumento de Sartori (1994, p. 286), tratando da Democracia como processo decisório, considera que a política tem como base a busca de decisões coletivizadas, no sentido de que quem tem a prerrogativa de decidir, decide em nome de todos. Decisões coletivizadas, por decorrência, não são coletivas, as quais, por sua vez, demandariam participação política para além dos procedimentos eleitorais.

Contudo, para Sartori (1994), o peso das muitas vontades alheias, impostas pela vida em sociedade, tende a fazer o homem inclinar-se à dispersão de interesses, a ponto de inviabilizar a dimensão horizontal da democracia. No seu entendimento, esse é o motivo pelo qual apenas um pequeno grupo da população tenderá a se envolver, de forma contínua, nos processos de tomada de decisões, pois para ele o povo enquanto maioria representa um artifício interminável de indivíduos, um tipo de unidade operante inidentificável na realidade.

⁷ Schumpeter, 1961.

Com isso, o autor argumenta que a política, em termos gerais, está relacionada a uma estruturação hierárquica nas coletividades, denominada como uma dimensão vertical. “A estrutura vertical da democracia baseia-se no ato de eleger e nas eleições _ em eleições livres, periódicas e competitivas.” (SARTORI, 1994, p. 189).

A opinião pública, as eleições e a participação, embora essenciais para a democracia horizontal, representam apenas os alicerces que sustentam um edifício que lhe é sobreposto. “Se a democracia eleitoral engloba tipicamente o plano horizontal da democracia, sua seqüência ou complemento é a democracia representativa”. (Sartori, 1994, p. 182).

Nesse sentido, a democracia horizontal adquire forma de um regime político que se caracteriza pela transferência do mandato dos poderes dos cidadãos para o(s) governante(s), ao passo desse(s) passar(em) a atuar (em) como o(s) representante(s) desses eleitores que a partir dessa delegação terão pouco controle das ações deliberativas dos seus eleitos.

De acordo com Sartori, em democracias modernas três elementos aparecem como fundamentais: os procedimentos eleitorais, a transmissão do poder aos representantes e o poder limitado da maioria. No mesmo sentido, as democracias modernas, levando em conta o modelo estabelecido por Tocqueville (1981) a partir da experiência dos Estados Unidos no final do século XVIII e no século XIX, se configuram no formato representativo, com participação, em termos gerais, voltada para os sistemas eleitorais e processos decisórios centrados em instituições políticas, no âmbito do Estado de Direito.

Nesse cenário, a Democracia se operacionaliza como um instrumento regulador nas contradições e divergências entre a maioria e a minoria, fundando um processo que equilibra a relação e com regras nas quais o jogo democrático impede que o ato único (individual) de votar seja confundido com a noção de vencedor da eleição, assim os votos vencidos seriam preservados por garantias, o que evitaria uma possível tirania de uma maioria vencedora.

“Observei que o objetivo geral é evitar dar “todo o poder”, quer às majorias, quer às minorias” (SARTORI, 1994, p.189). O argumento do autor se assenta na concepção de que ao longo dos processos eleitorais, as majorias vencedoras produzem minorias perdedoras, onde atributos quantitativos estão separados dos atributos qualitativos. Nesse sentido, para Sartori, na democracia vertical a maioria não tem valor

maior que a minoria vencida, pois tanto os vencedores como os perdedores compõem a máquina eleitoral.

Os eleitores, como dissemos, decidem; mas as decisões eleitorais são muito diferentes das tomadas de decisão num processo de deliberação. Assim, o que um eleitorado decide não é o que o comitê decide; na verdade a *decisão eleitoral* tem pouco em comum com a decisão *deliberativa*. Em particular, as decisões eleitorais são, enquanto decisões, muito vagas; decidem apenas, ou em geral, “quem vai decidir”. (SARTORI, 1994, p.192).

De acordo com o acima exposto, embora os eleitores desempenhem um papel fundamental em democracias e detenham o poder de eleger seus representantes nas eleições, não necessariamente esse poder de escolha terá relação com a tomada de decisão. Na percepção de Sartori, e de entre outros, Schumpeter, em democracias o princípio da maioria é um instrumento eleitoral, e tende a se transformar em mando da minoria ou das minorias, ou seja, efetivamente quem irá tomar as decisões será uma minoria e esta será supervisionada por um conjunto de regras e procedimentos.

Desse modo, se estabelece uma hierarquização do poder político, onde o espaço ocupado pelo povo está abaixo das lideranças políticas eleitas no que se refere à tomada de decisões.

Em um determinado sentido, a discussão que aborda a participação política como um elemento causal em processos decisórios mais horizontalizados está ligada à ideia de que o envolvimento com as questões políticas, aqui entendidas no seu sentido amplo, incluindo as instituições políticas clássicas (Estado, governo, partidos, etc.) e as demais instâncias de caráter público, é precedido por uma percepção da política como algo relevante para a vida em sociedade. Perspectiva que identifica o desinteresse e a apatia como efeitos de decisões centralizadas e hierarquizadas. Em sentido contrário, aparece outra abordagem teórica que considera o senso de comunidade e a percepção positiva acerca da importância da política em si e da participação como relevantes na tomada de decisões coletivas. Pateman (1992) compreende que os processos decisórios devem resultar de outras relações interativas fora das esferas tradicionais, ou seja, além dos espaços governamentais e institucionais, como escolas, universidade, fábricas, etc.. Na concepção dessa autora, a participação ampliada nesses ambientes informais elevaria a qualidade das decisões, além de produzirem uma espécie de pedagogia da participação, na qual os indivíduos, ao exercitarem a democracia nesses

espaços alternativos, estariam aprendendo a participar participando, o que colocaria a Democracia em uma dimensão mais horizontal.

Pateman sustenta o argumento de que quanto mais estendida for a participação, mais eficiente tende a se tornar a Democracia, aperfeiçoando o seu desempenho tanto na superação de conflitos, quanto na sua capacidade de consulta e na implementação das demandas sociais. Nesse sentido, a participação se torna um elemento central para o fortalecimento da democracia, pois um membro de um grupo pertencente a um corpo político teria igual poder de influenciar em maior ou menor medida no resultado final das decisões políticas.

Os padrões de interação entre os indivíduos e os sistemas, colocados de forma mais abrangente, constituem uma vertente, na Teoria Democrática, cujo cerne se encontra na relação entre o tipo de cultura cívica, estabelecendo um nexos causal, com a forma dos cidadãos perceberem e se relacionarem com a política.

Almond e Verba (1970, p.30) argumentam que: “Quando falamos da cultura política de uma sociedade, nos referimos ao sistema político que informa o conhecimento, os sentimentos e as avaliações de sua população.” Assim, na vida social se constituem disposições políticas comportamentais que tendem a transitar de forma oculta e nelas residem elementos importantes para explicar condutas políticas. As orientações individuais como as determinações, as direções políticas e o senso de posição, a ação política são concebidos como objeto de estudo, ou seja, na concepção culturalista o comportamento dos atores, bem como os seus papéis políticos, são instrumentos de análise que põem no foco a forma com a qual indivíduos percebem os sistemas políticos ao qual pertencem e se essa percepção é suficiente para produzir ou não uma cultura democrática participativa. De acordo com Almond e Powell Jr. os indivíduos tendem a se orientar politicamente a partir de três dimensões subjetivas, que são:

O reino pessoal é a base das ações políticas e o que lhes confere significação. Esses aspectos individuais incluem: (a) orientações cognitivas como o conhecimento preciso ou não dos objetos e credos políticos; (b) orientações afetivas, como os sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e outros, a respeito de objetos políticos; e (c) orientações avaliativas, como os julgamentos e opiniões sobre objetos políticos, que usualmente envolvem a aplicação de padrões de valores aos objetos e fatos políticos. (1972, p.37)

Nesse sentido, a cultura política é dimensionada pela frequência dessas orientações individuais e subjetivas que se caracterizam a partir da consciência dos objetos políticos e dos seus significados com relação ao sistema político e aos processos de estrutura de incorporação.

Almond e Verba (1970) identificam níveis de orientações e os classificam, em termos gerais, em três tipos de culturas políticas: a cultura política paroquial, a cultura política de súdito (sujeito) e a cultura política de participação, que se caracterizam por atitudes gerais com relação ao sistema político. A cultura política do tipo paroquial se caracterizaria por ser um comportamento onde os indivíduos demonstrariam muito pouca ou quase nenhuma consciência do sistema político ao qual pertencem. Na de súdito, os indivíduos apresentam uma relação com o governo caracterizada como sendo de passividade, ainda que exista uma forma de competição limitada.

O terceiro tipo de cultura política é a participante, na qual os indivíduos possuem consciência das estruturas e dos processos de governo, além de serem altamente engajados com as articulações de demandas, e na elaboração das decisões políticas. Aqui, a participação envolve o sistema político como um todo, incluindo os aspectos da entrada de demandas e a sua transformação em política pública. Situação que implica um envolvimento dos indivíduos nos processos administrativos e políticos, levando em conta sua predisposição, definida pela cultura e valores comuns e, sobretudo, pela percepção acerca do envolvimento engajado e da sua importância à coletividade.

Argumentação similar tem Putnam (2006), ao vincular desempenho institucional à existência (ou não) de engajamento cívico. O estabelecimento prévio de relações de confiança, a partir de interação e reciprocidade, produz relações políticas de caráter mais horizontal, gerando cooperação e ação coletiva e consubstanciando o que o autor define como ciclo virtuoso. Em sentido contrário, o ciclo vicioso se sustenta em características culturais com baixo engajamento cívico, com laços sociais de desconfiança e hierarquização, características que são vinculadas ao tipo de cultura política.

A argumentação teórica aqui desenvolvida estabelece, como parâmetros analíticos, que a percepção da política como algo relevante para a vida dos indivíduos está ligada, em termos de tendência, a sua decisão de ter um maior envolvimento nos processos e nas decisões políticas. A noção de percepção leva em conta, nos limites deste trabalho, a política como importante para processos mais coletivos e decisões

voltadas para o bem comum e o interesse público⁸. Em contrapartida, o desinteresse pela participação e a apatia em relação a questões políticas considera a argumentação a respeito do distanciamento, analisado pela corrente que explica a Democracia como um processo de competição entre elites pelo voto.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para medir se o pressuposto teórico que relaciona uma percepção positiva sobre a política com o maior envolvimento e participação, foram aplicados questionários em duas escolas de Santa Maria (RS), uma pública e outra privada. Em ambas, participaram os/as estudantes dos três anos do Ensino Médio diurno. Configurando uma amostra quantitativa não probalística. Na instituição de ensino particular, dos 136 alunos/as matriculados/as, 103 responderam o questionário, sendo 61 do sexo feminino e 42 do sexo masculino, pertencentes a uma faixa etária entre 15 e 18 anos de idade (72,8 % dos entrevistados tinham 16 e 17 anos). A escola pública possui 160 discentes, dos quais 125 responderam o questionário, sendo 64 estudantes do sexo feminino e 61 do sexo masculino, pertencentes a uma faixa etária de 15 a 20 anos de idade (75,2 % dos entrevistados tinham entre 16 e 17 anos) responderam.

As questões formuladas buscaram captar a percepção dos/as estudantes sobre a sua percepção e seu interesse a respeito da política, o papel dos governos e dos partidos políticos. Além disso, foram respondidas questões sobre se o tema política era conversado em sala de aula e entre os/as próprios/as estudantes fora da aula.

Com isso, reforça-se que a partir das questões aplicadas, o estudo opera com três segmentos analíticos. O primeiro busca averiguar em que medida há o interesse sobre a política, incluindo a percepção sobre se a política tem importância ou não. O segundo segmento visa analisar a percepção sobre as funções e relevância, ou não, das instituições políticas. O terceiro tem como foco verificar, e dimensionar, se os/as participantes possuem envolvimento, via participação, com a política.

A definição das duas escolas teve como critério a sua localização na cidade (no centro está localizada a escola particular e a escola pública em um bairro). Além disso, a

⁸ Mesmo considerando tais definições um tanto vagas, o objetivo aqui não é tratar do bem comum e do interesse público em si.

escolha das duas instituições se deu também pela possibilidade de estabelecer uma estratificação por renda, também questionada, situação que permite uma comparação considerando segmentos sociais diferentes.

Quanto à renda total, 59,2% dos/as estudantes da escola privada marcaram a opção do questionário que indica pertencerem a um grupo familiar com renda acima de 5 salários mínimos. Sendo que 29,1% assinalaram a alternativa que indica pertencerem a um grupo familiar que possui renda entre 4 e 5 salários mínimos e 11,7% selecionaram a opção que a soma da renda individual dos familiares fica entre 1 e 3 salários mínimos.

Questionados sobre a soma da renda individual dos membros da família, 2,4% dos/as estudantes da escola pública marcaram a opção que indicava pertencerem a um grupo familiar que possui renda acima de 5 salários mínimos, 9,6 % assinalaram a opção de que pertencem a um grupo familiar que possui renda entre 4 e 5 salários mínimos, 70,4% selecionaram a opção entre 1 e 3 salários mínimos e 17,6% marcaram que pertencem a um grupo familiar cuja soma da renda individual é menor que um salário mínimo.

Há, portanto, uma predominância de renda acima de cinco salários mínimos (59,2%), na escola particular, e de 1 a 3 salários mínimos (70,4%) na escola pública.

Os dados permitem estabelecer que há um elevado índice voltado para a percepção positiva da política. Na escola particular, 93,2% responderam que a política é coisa séria, enquanto na instituição pública o percentual caiu para 64%. A política é sinônimo de corrupção para apenas 6,8% na escola particular; na escola pública, o índice aumenta mais de cinco vezes, indo para 34,4%.

Esse contexto que, em grande parte a percepção acerca dos governos, aparece com altos índices nas duas escolas. Na instituição privada, 71,8% e, na pública, 60% consideram que os governos visam ao interesse de todos (as demais respostas, 28,2% e 39,2%, respectivamente, consideram que os governos estão voltados para o interesse de alguns). Situação que configura, de forma predominante, uma compreensão não depreciativa sobre a política em si e sobre os governos em particular.

Em relação aos partidos políticos, a situação muda, ainda que haja um relativo equilíbrio. Na escola particular, 55,3% consideram que os partidos não são representativos da sociedade; na instituição pública, o índice sobe um pouco, indo a

57,6%. As demais respostas, 44,7% na escola privada e 40% na pública, indicam que os partidos são representativos.

Contrastando, em parte, os elevados percentuais de respostas positivas sobre a importância da política e sobre o papel dos governos, o interesse pela política apresenta índices menores. Na escola particular, a maioria (51,5%) considera que tem um interesse médio. Na instituição pública, o baixo interesse prevaleceu (55,2%). Há uma diferença relevante entre as respostas que indicaram alto interesse, sendo 22,3% na escola particular e somente 3,2% na pública.

Outro contraste com a percepção não depreciativa da política envolve as respostas a respeito da participação em protestos e manifestações. Cerca de 2/3, 69,9% na escola particular e 77,6% na escola pública responderam que nunca participaram.

Sobre a questão de conversar sobre política com os/as colegas, há uma predominância da resposta 'às vezes' (72,8% na escola privada e 65,6% na pública). As respostas também indicam uma diferença relevante nas opções 'nunca' (6,8% na escola privada e 29,6% na escola pública) e 'sempre' (20,4% na particular e 4,8% na pública).

Situação que, em grande parte, se repete na questão relativa à conversa sobre política em sala de aula. A resposta 'às vezes' também predomina (67% na escola privada e 78,4% na escola pública). Há discrepâncias relevantes nas demais respostas: 'nunca', 5,8% na particular e 16% na pública, e 'sempre', com 27,2% na instituição privada e 5,6% na pública.

Já em relação ao voto aos 16 anos, a grande maioria se mostra favorável. Na escola particular 86,4% e, na escola pública, 70,4%. Há, também, uma diferença importante entre quem não é favorável, 13,6% a 29,6%.

Levando em conta os três segmentos analíticos definidos para compreender os dados dos questionários aplicados aos/as estudantes, interesse e percepção sobre a política, funções e relevância das instituições políticas e envolvimento com a política, os dados demonstram diferenças importantes na comparação entre os/as estudantes das escolas privada e pública.

No tocante ao primeiro segmento, é possível estabelecer que os/as alunos/as da instituição particular possuem uma percepção com percentual maior sobre a relevância da política, considerada séria por 93,2%. No mesmo sentido, o interesse sobre a política possui um percentual mais elevado entre os/as estudantes da escola privada, chegando a 22,3% na resposta alto e 51,5 na resposta médio. Já os questionários aplicados na escola

pública revelam respostas com índices percentuais diferentes. Para 64%, a política é séria. Entretanto, para 34,4% é sinônimo de corrupção. O seu interesse pela política é considerado baixo por 55,2% e 40,8% responderam médio.

As respostas indicam uma percepção positiva nos dois casos, com índices mais elevados na escola pública. Já em relação ao interesse pela política, as discrepâncias aparecem, com a maioria, na instituição pública, 55,2%, respondendo ter baixo interesse, contrastando com a maioria (51,5%) respondendo, na escola particular, ter interesse médio. Diferenças também elevadas nos índices relativos ao interesse alto, com 22,3 na particular e 3,2% na pública.

No segundo segmento analítico, relativo às instituições políticas, em ambas as escolas verificam-se índices elevados na consideração de que os governos servem aos interesses de todos. Ainda assim, na escola privada o percentual é maior, 71,8%, contra 60% da escola pública. A percepção sobre os partidos políticos também é equilibrada, desta vez no sentido de que não representam a sociedade (55,3% na instituição particular e 57,6% na pública). As respostas indicam um, ao menos aparente, paradoxo, devido aos elevados percentuais de uma visão positiva das funções dos governos e dos baixos percentuais quanto o assunto tratado são os partidos políticos.

O terceiro segmento, cujas questões buscaram medir o envolvimento com a política, nas duas escolas há equilíbrio entre os percentuais acerca da participação em protestos e manifestações. Com um índice um pouco mais elevado, 77,6% dos/as estudantes da escola pública responderam que nunca participaram. Na instituição privada, o índice é de 69,9%. Situação também equilibrada ocorre nas questões que verificaram se assuntos relativos à política são tratados em sala de aula e em conversas com os/as colegas. No caso da escola particular, a resposta às vezes teve 72,8%, e, na escola pública, 65,6%. Se o resultado revela algum equilíbrio na resposta às vezes, as diferenças se acentuam nas respostas nunca e sempre. Na escola particular, o assunto política nunca é tratado com colegas por 6,8% e sempre por 20,4%. Na escola pública, há quase uma inversão, com nunca sendo a resposta de 29,6% e sempre de 4,8%. Em relação a conversa sobre política em sala de aula, na escola privada, a resposta nunca teve 5,8% e a sempre, 27,2; sendo que, na pública, nunca teve 16% e sempre 5,6%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tratou de analisar, por meio de parte da Teoria Democrática, algumas das argumentações que relacionam a percepção positiva sobre a política com o compartilhamento de valores comuns, incluindo processos decisórios mais horizontalizados e plurais, os quais tendem a produzir um maior envolvimento dos indivíduos com as questões políticas e com as decisões públicas. Ao mesmo tempo, foram abordadas algumas das argumentações que explicam o desinteresse pela política e a baixa participação, as quais entendem os processos eleitorais como tendo centralidade na Democracia. A hipótese de trabalho, portanto, estabeleceu, na relação causa-efeito, que a percepção positiva sobre a política gera mais envolvimento e engajamento.

Os questionários aplicados junto aos/as estudantes de duas escolas de Ensino Médio de Santa Maria (RS) buscaram verificar a sua percepção sobre a política e alguns aspectos relativos aos seus interesses sobre assuntos políticos e participação. A escolha de duas escolas uma privada do Centro da cidade, com renda média mais elevada, e outra, pública, de um bairro, com renda média mais baixa, permitiu comparar dois segmentos sócio-econômicos diferentes.

Os dados indicam, portanto, que tanto os alunos da escola privada, quanto os da escola pública estadual, em sua maioria, têm uma percepção positiva da política, porém não revertida em um maior interesse sobre a política e nem em mais interesse de participação em protestos e manifestações. Com isso, o pressuposto teórico que relaciona uma percepção positiva sobre a política com maior envolvimento e participação não se verifica na sua totalidade.

As respostas também indicam que os/as estudantes da escola particular possuem um maior envolvimento e um maior interesse pela política, comparando com a escola pública. Situação que pode ser explicada pela renda média mais alta da instituição particular, abrindo possibilidades de maior acesso a bens de consumo, culturas e informativos. A própria escola particular pode ter uma estrutura e ações mais voltadas para gerar debates e conversas sobre política, favorecendo, em termos de tendência, uma maior compreensão sobre o assunto.

Considerando isso e os limites deste estudo, é possível compreender que a argumentação que relaciona percepção positiva sobre a política com mais interesse e participação, em grande parte, não se verifica. Também pode-se estabelecer para a

maioria uma correlação ruim entre a percepção positiva e as instituições políticas representativas, em relação aos partidos e boa em relação às funções dos governos.

REFERÊNCIAS

ALMOLD, Gabriel A.; POWELL JR, G. Bingham. *Uma Teoria de Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney. *La Cultura Civica. Estudio sobre la Participacion Politica Democratica em Cinco Naciones*. Madrid: Fundacion Foessa, 1970.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo)*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

KELSEN, Hans. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, Fev. 2004.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRADO, Otávio. Agências reguladoras e transparência: a disponibilização de informações pela Aneel. *Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, Jul./Ago, 2006.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. Vol. 1: O debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 02, 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Brasília: Editora UNB, 1981.